

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DAS DIRETRIZES DA A3P EM UMA COMPANHIA HIDROELÉTRICA

ENVIRONMENTAL AGENDA IN PUBLIC ADMINISTRATION (A3P): AN ANALYSIS OF THE ADHERENCE OF A3P'S GUIDELINES IN A HYDROELECTRIC COMPANY

Luciana de Moraes Arruda¹
Raimundo Nonato Rodrigues²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a aderência de uma Companhia Hidroelétrica da região nordeste do Brasil às diretrizes elencadas pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Tal agenda auxilia no equilíbrio entre meio ambiente, sociedade e economia, trazendo assim sustentabilidade aos negócios. Para tanto foi utilizado um check list composto de vinte e uma questões referentes aos eixos temáticos da A3P, proposto por Freitas; Borgert; Pfitscher (2011). As questões foram formuladas com base no Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P – e as respostas foram coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas aos funcionários responsáveis pelo Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Companhia pesquisada. Além disso, fez-se uso de pesquisas bibliográficas, tendo sido examinados livros, artigos, dissertações, teses e demais textos que verssem sobre o assunto. Pode-se notar com os resultados da pesquisa que, embora a Companhia não tenha oficialmente integrado a A3P, a maior parte das diretrizes são seguidas. Os autores constataram, com o auxílio de entrevistas, que a implantação oficial da A3P esbarra na sensibilização e capacitação dos gestores; tendo em vista a sua falta de obrigatoriedade, não sendo assim, uma prioridade.

Palavras chave: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Sustentabilidade. Companhia Hidroelétrica.

ABSTRACT

The present study is aims to analyzing a Hydroelectric Company of the northeastern region of Brazil on adherence to the guidelines established by the Environmental Public Administration Agenda (A3P, for its acronym in Portuguese). This agenda helps balance the perspectives of environment, society and economy, thus bringing sustainability to business. To carry out this analysis, a checklist composed of twenty-one questions based on the main pillars of A3P, proposed by Freitas; Borgert; Pfitscher (2011) was used. The questions were formulated according to the A3P handbook and responses were collected through semi-structured interviews with members of the Corporate Sustainability Committee of the company under analysis. Furthermore, bibliographical research was conducted, including examination of books, articles, dissertations, theses and other texts on the subject. Research results show, although not signatory to the A3P, most of the guidelines are followed. The authors verified, by means of interviews, that the official adoption of A3P is mostly because of manager's lack of awareness and training on the matter and, since it is not obligatory, it is not ultimately prioritized.

Keywords: Environmental Public Administration Agenda. Sustainability. Hydroelectric Company.

¹ Mestranda em Contabilidade. Universidade Federal de Pernambuco. Email: morais.luciana@hotmail.com.

² Doutor em Controladoria e Contabilidade. Universidade de São Paulo. Email: rrodrigues@uol.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre gestão ambiental e sustentabilidade está presente em reuniões mundiais e também no meio corporativo; a sociedade está cada vez mais exigente quanto às práticas sustentáveis adotadas pelas corporações. Dessa forma, a temática sustentabilidade torna-se essencial em meio às tomadas de decisões das entidades.

O foco deste trabalho é a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) criada em novembro de 2011, quando o Brasil lançou o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). A A3P se aplica a administração pública direta e indireta, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Tal agenda não é obrigatória, contudo é amplamente recomendada pelo Governo Federal, haja vista que busca incorporar os princípios de responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A expectativa de que as empresas devem contribuir de forma progressiva com a sustentabilidade surge do reconhecimento de que os negócios precisam de mercados estáveis, e que devem possuir habilidades tecnológicas, financeiras e de gerenciamento necessário para possibilitar a transição rumo ao desenvolvimento sustentável (Elkington, 2001). A sustentabilidade é definida como o equilíbrio entre o meio ambiente, a economia e a sociedade, ou Triple Bottom Line, termo criado por Elkington (1994).

Alcançar o equilíbrio desses três pilares é um dos maiores desafios encontrados pelas Administrações Públicas. Afinal, como construir respeitando o Triple Bottom Line? A sociedade, sem dúvidas, ganharia com, por exemplo, a construção de um porto; a economia, que seria movimentada com o transporte de cargas e passageiros também, mas a depender do planejamento, o porto poderia trazer impactos negativos ao meio ambiente.

Pensando nisso, a A3P foi concebida e em 2002, foi premiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. A ONU reconheceu a relevância do trabalho da A3P e os resultados positivos com a sua implantação.

Para auxiliar na pesquisa, se utilizará um estudo de caso em uma Companhia Hidroelétrica, a qual é uma Sociedade de Economia Mista, fazendo assim, parte da Administração Indireta e, por conseguinte, sendo alvo da A3P. Assim, tomando por base o referido trabalho, esta pesquisa questiona: qual o nível de aderência às diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública por uma Companhia Hidrelétrica?

Para responder tal questão problema, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as políticas ambientais e a aderência de uma Companhia Hidroelétrica, da região nordeste do Brasil, à A3P. Em termos específicos objetiva-se: (a) analisar, quais são as diretrizes propostas pela A3P; (b) averiguar, na percepção dos responsáveis pela implantação da A3P, na Companhia, qual o status da implantação; e (c) identificar quais ações propostas pela A3P já são desenvolvidas na Companhia, bem como suas dificuldades.

Diante do exposto, tal pesquisa justifica-se pela relevância de conhecer mais sobre a A3P, sua aderência, limitações, e principalmente, sua eficiência dentro das empresas, haja vista que seu objetivo envolve a sustentabilidade, impactando diretamente o meio ambiente, a sociedade e a economia. Além disso, é relevante aprender um pouco mais sobre essas

Companhias que são responsáveis por gerar, transmitir e comercializar energia elétrica para todo o país.

O presente artigo estrutura-se em cinco seções, incluindo esta primeira, composta por os aspectos introdutórios em relação ao tema. Seguida pela base teórica sobre o assunto estudado. Na terceira seção, apresentam-se os aspectos metodológicos que envolvem a pesquisa. As últimas seções correspondem, respectivamente, aos principais resultados obtidos e as conclusões extraídas do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção contempla três tópicos de revisão da literatura. Inicialmente, aborda-se sobre a sustentabilidade corporativa, enfatizando um pouco mais sobre o Triple Bottom Line; em seguida fala-se um pouco sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e, por fim, apresenta-se um tópico sobre a sustentabilidade dentro de Companhias Hidrelétricas.

2.1 Sustentabilidade corporativa

A sustentabilidade corporativa ganha cada vez mais status de vantagem competitiva (BM&FBOVESPA, 2010). Hoje a sustentabilidade nos negócios é encarada não como uma iniciativa ambiental, e sim como uma estratégia empresarial que gera valor a partir da busca de melhores resultados sociais e ambientais.

A sustentabilidade envolve as três dimensões de uma empresa: (1) econômica, (2) ambiental e (3) social, desconstruindo o conceito que só considerava fatores econômicos na avaliação de uma empresa para um novo modelo, que passa a considerar a performance ambiental e social da companhia além da financeira (Elkington, 1997).

Como ressaltado por Porter; Kramer (2006), o princípio da sustentabilidade nas empresas, aparece frequentemente invocando o triple bottom line, que consiste na busca da continuidade no mercado e no crescimento da organização a partir de sua viabilidade econômica, além da coexistência harmônica com o meio ambiente e sociedade. A sustentabilidade se converte em um princípio fundamental da gestão inteligente, que será difícil de ser ignorado (Savitz; Weber, 2006).

Assim, a proteção ambiental passa a fazer parte dos objetivos de negócios, e o meio ambiente não é mais encarado como um adicional de custo, mas como uma possibilidade de lucro, em um quadro de ameaças e oportunidades para a empresa (Sanchez, 2000).

A situação econômica atual levou os acionistas a repensar seus negócios e estratégias e considerar a responsabilidade ambiental e social como práticas importantes para sociedade e economia. Como meio de disseminação de tais práticas, principalmente a ambiental que outrora era bastante esquecida pelas empresas, uma das ferramentas utilizadas é a Agenda Ambiental criada pelo Ministério do Meio Ambiente, a qual informa através de eixos temáticos algumas diretrizes a serem seguidas pelas companhias em busca de se obter uma política sustentável.

A discussão a respeito da sustentabilidade nas organizações públicas está cada vez mais intensa, contudo não é necessariamente recente. Nogueiro (2008), por exemplo, discutiu a importância da sustentabilidade, principalmente ao que se refere à gestão ambiental, nos

municípios portugueses, revelando que há um baixo desempenho ambiental nos municípios estudados, demonstrando uma necessidade emergente de adoção de novas práticas e políticas públicas focadas no desenvolvimento sustentável. Já Barata; Kligerman; Minayo-Gomez (2007) discutiram a necessidade de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental na administração pública, destacando a importância do envolvimento dos dirigentes e demais *stakeholders* envolvidos. Loyola (2008), por sua vez, em seu estudo sobre a responsabilidade socioambiental na administração pública, discorreu sobre os princípios da moralidade e (eco) eficiência, pertinentes a administração pública, propondo que a instituição a qual pesquisara adotasse a A3P.

2.2 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente.

A A3P está sustentada por cinco objetivos, a saber: (1) Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais; (2) Promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais; (3) Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; (4) Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública; (5) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida. (MMA, 2011c)

O Programa é de aderência facultativa e se destina aos órgãos públicos das três instâncias (federal, estadual e municipal); e aos três poderes federativos (executivo, legislativo e judiciário). A formalização da parceria entre o MMA e o órgão público se dá pela assinatura do Termo de Adesão, e o processo, considerado simples, dura em média dois meses. Embora, grande parte dos órgãos públicos já adote procedimentos sustentáveis, o Programa A3P unificou e sistematizou em cinco eixos temáticos (conforme a Cartilha 2009) aquilo que considera essencial para um projeto de sustentabilidade.

Os eixos, utilizados como base para a elaboração deste trabalho, divide-se em: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores e Licitações sustentáveis. O presente estudo objetiva analisar a aderência de uma Companhia Hidroelétrica às diretrizes elencadas pela A3P; para tal, será utilizado um check list com questões formuladas abordando cada um dos cinco eixos temáticos.

2.3 Sustentabilidade em companhias hidroelétricas

As usinas hidrelétricas são extremamente versáteis, podem operar continuamente e são capazes de armazenar seu insumo principal, a água, quando há abundância, para utilizá-la nas épocas de escassez. Outro ponto importante é que os reservatórios das usinas, além de possibilitar flexibilidade de operação, acabam também por auxiliar no controle de inundações. Ademais, as usinas hidrelétricas são capazes de gerar grandes blocos de energia e viabilizar o uso de outras fontes de energias renováveis, como a eólica e solar, porque continuam gerando mesmo quando estas estiverem impossibilitadas. Itaipu Binacional (2010 apud Faria et al., 2012).

Pena (2017) menciona vantagens e desvantagens da produção de energia em hidrelétricas. Entre as vantagens, cita primeiramente, que a água é um recurso renovável – desde que seja garantida a preservação das nascentes dos rios. Em segundo lugar está o fato de que o seu custo é bem inferior ao de outros tipos de usinas, como as termelétricas, as eólicas e as nucleares. Além disso, as hidrelétricas não acarretam a geração de poluentes na atmosfera, a exemplo das termelétricas. Entre as desvantagens, assinala-se o espaço ocupado pelo represamento de rios para a construção das barragens. Esse espaço, ainda segundo Pena (2017), pode se dar em áreas de reservas florestais, ricas em fauna e flora, que contribuem para a manutenção da vida em determinadas áreas. Além disso, a área ocupada pode ser habitat de comunidades indígenas e populações tradicionais, que veem nesse espaço não somente um local de moradia, mas também um espaço afetivo, longe do qual dificilmente irão se adaptar. Dessa forma, cabe ao governo e à população do país pesar os pontos positivos e negativos para avaliar a necessidade da expansão desse tipo de política energética.

Sabendo que as usinas hidrelétricas podem causar impactos significativos na fauna e flora em Áreas de Preservação Permanente (APP), durante os estudos para novos empreendimentos a Companhia pesquisada utiliza ferramentas de geoprocessamento que permitem realizar análises e criar bancos de dados georeferenciados que possibilitam o menor impacto na biodiversidade. No caso dos empreendimentos de transmissão, é adotado o procedimento de elevação de torres e são realizados programas de replantio seletivo e de resgate de fauna e flora. A Companhia também mantém uma estação de piscicultura para repovoamento do rio e dos reservatórios e um viveiro florestal que produz e distribui mudas nativas na região com vistas à recuperação de matas ciliares e outras áreas degradadas.

A água é um recurso indispensável para o negócio da Companhia, já que quase a totalidade da energia gerada é proveniente das hidrelétricas. No processo de geração hidroelétrica não ocorre degradação do recurso, pois toda água turbinada retorna ao curso hídrico sem mudança de suas características.

Quanto ao descarte de efluentes das áreas operacionais e administrativas, existem estações de tratamento próprias nos empreendimentos ou, para as unidades que não possuem estação de tratamento, o efluente doméstico é descartado na rede pública de esgoto. A empresa aplica medidas preventivas, como a contabilização de suas emissões de GEE desde 2003 e busca a economia de energia por meio de programas de eficiência energética. Em 2016 foi iniciado um projeto para a produção de energia solar nas subestações, principalmente naquelas que são supridas pelas distribuidoras. Com a implantação de pequenas usinas solares nesses locais, calcula-se uma economia estimada em R\$8 milhões.

3 MÉTODO

O trabalho em questão assume o caráter de pesquisa exploratória, que segundo Prodanov; Freitas (2013) se configura quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, e tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que se vai investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento (...), assumindo, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso que, por sua vez, segundo Duarte; Barros (2006) reúne tanto quanto possível, informações numerosas e detalhadas para aprender a totalidade de uma situação, sendo a melhor estratégia quando se quer responder as questões “como” e “porque” sobre um assunto específico a partir de pesquisas qualitativas.

A já mencionada natureza do estudo compõe parte de uma abordagem qualitativa, envolvendo uma interpelação interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (Denzin; Lincoln, 2006).

Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira; Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

A coleta de dados irá recorrer, inicialmente, a fontes secundárias que, segundo JCU (Primary, 2006) são “interpretações e avaliações de fontes primárias”. Recorrer-se-á ao Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P. Num segundo momento, quando da coleta de dados, efetivamente, utilizar-se-á de fontes primárias, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e aplicação do check list, o qual será dividido nos cinco eixos temáticos propostos pela A3P. Estas fontes de dados primárias correspondem à “literatura primária” e são aquelas que se apresentam e são disseminados exatamente na forma com que são produzidos por seus autores (Pinheiro, 2006).

3.1 Delimitação do estudo

Este artigo desenvolveu-se a partir do estudo de caso realizado em uma Companhia Hidroelétrica responsável por gerar, transmitir e comercializar energia elétrica, tendo sua sede situada no Estado de Pernambuco, com atuação em todo o país.

3.2. O método de estudo de caso

De acordo com Yin (2001): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Yin (2001) enfatiza ser a estratégia mais escolhida quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por que” e quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos pesquisados. Goode; Hatt (1979) definem o estudo de caso como um método de olhar para a realidade social. “Não é uma técnica específica, é um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado”.

Yin (2001) apresenta quatro tipos básicos de estudo de caso: (1) Projetos de caso único holístico – unidade única de análise e único caso; (2) Projetos de caso único incorporado – unidades múltiplas de análise e único caso; (3) Projetos de casos múltiplos holísticos – unidade única de análise e múltiplos casos; (4) Projetos de casos múltiplos incorporados – unidades múltiplas de análise e múltiplos casos. Para tanto, Yin (2001) considera que estudos de caso único e de casos múltiplos refletem situações de projetos diferentes e que, mesmo dentro desses dois tipos, possam existir unidades unitárias ou múltiplas de análise.

Yin (2001) observa ainda que a escolha entre os dois tipos de projeto, holístico ou incorporado, depende do fenômeno a ser estudado. O projeto holístico é recomendado quando “não é possível identificar nenhuma subunidade lógica e quando a teoria em questão subjacente o estudo de caso é ela própria de natureza holística”. Quanto ao projeto incorporado, ele é adequado quando o estudo de caso, único ou múltiplos casos, envolve subunidades de análise, “como, por exemplo, o pesquisador decide incluir os funcionários como uma subunidade de estudo”. (Duarte; Barros, 2006).

Tomando como base essa teoria, a presente pesquisa pode ser definida como um estudo de caso único incorporado, uma vez que se trata do estudo de apenas uma empresa envolvendo unidades múltiplas de análise.

3.3. Coleta de dados

O estudo de caso utiliza para coleta de dados, principalmente, seis fontes distintas de informação: “documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos”, Duarte; Barros (2006).

O procedimento de coleta de dados realizado para esta pesquisa utilizou, principalmente, informações das empresas disponíveis na internet, como seu relato integrado e balanço social; entrevistas em profundidade e observação direta. Ainda de acordo com Barros; Duarte (2006) entrevista é considerada uma das mais importantes fontes de informação para um estudo de caso.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa foram divididas em duas partes: a primeira consistiu de entrevistas com gestores do setor de sustentabilidade, tendo como objetivo levantar os principais fatores críticos ligados ao processo de aderência à A3P; a segunda parte foi formada por entrevistas com alguns funcionários da Companhia selecionada para análise.

3.4. Análise dos dados

Yin (2001) propõe quatro modelos específicos de condução da análise do estudo, quais sejam: (1) Adequação ao padrão – consiste em comparar um padrão fundamentalmente empírico com outro de base prognóstica (ou com várias outras previsões alternativas). “Se os padrões coincidirem, os resultados podem ajudar o estudo de caso a reforçar sua validade interna.” (YIN, 2001, p. 136); (2) Construção da explicação - tem por objetivo analisar os dados do estudo de caso, construindo uma explicação sobre o caso. “De difícil aplicação, ocorre geralmente em forma narrativa, por meio da qual o investigador procura explicar um fenômeno, estipulando um conjunto de elos causais em relação a ele.” (YIN, 2001, p. 141); (3) Análise de séries temporais – conduzida de forma análoga à análise de séries temporais realizada em experimentos e em pesquisas quase experimentais; e (4) Modelos lógicos de programa – é uma combinação das técnicas de adequação ao padrão e de análise temporais. O ‘ingrediente-chave’ é a suposta existência de sequências repetidas de eventos na ordem causafeito, todas encadeadas. “Quanto mais complexa for a ligação entre elas, mais definitiva será a análise dos dados do estudo de caso.” (YIN, 2001, p. 149).

Para análise dos dados desta pesquisa foram utilizados os métodos de Adequação ao Padrão, comparando o nível de aderências às diretrizes da A3P da Companhia escolhida ao que foi proposto pelo Ministério de Meio Ambiente; e Construção da Explicação, buscando traçar uma explicação do nível de aderência das diretrizes da A3P pela Companhia, estipulando um conjunto de elos causais, observando se havia uma possível relação de influência. A lógica da análise de séries temporais e dos modelos lógicos de programa não se adequava à proposta desta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A eletricidade é o principal “combustível” que alimenta toda a linha de produção e de consumo da sociedade moderna. Nesse sentido, entender a sua atuação no contexto de sustentabilidade se faz necessário e uma das formas de implantação e/ou operacionalização de uma gestão voltada para sustentabilidade que pode ser perseguida pelas Companhias Hidrelétricas é a adesão às diretrizes elencadas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Para medir tal adesão, os autores elaboraram um check list composto por vinte e uma questões referentes aos eixos temáticos da A3P. As questões foram formuladas com base no Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P – e as respostas foram coletadas a partir de entrevistas direcionadas a funcionários responsáveis pela área de Sustentabilidade da Companhia pesquisada. Algumas modificações foram necessárias tendo em vista a mudança no tipo de instituição pesquisada.

Por meio do check list proposto por Freitas; Borgert; Pfitscher (2011) verificou junto a Companhia pesquisada se a mesma segue ou não as diretrizes sugeridas pela A3P, como pode ser visto inicialmente pela Tabela 1.

	<u>Sim</u>	<u>Não</u>
A Companhia desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	X	
A Companhia desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?	X	
A Companhia desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?	X	
A Companhia desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?	X	

Tabela 1 - Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.
Fonte: Elaboração própria.

A Companhia realiza ações de monitoramento e redução do consumo de papel com economia de impressões e bonificações como o Projeto “Vaga Verde”, o qual premia com uma vaga de garagem privilegiada o funcionário que tiver obtido a maior redução no total de documentos impressos. Esta ação resultou em uma premiação no Programa Benchmarking Brasil 2015 com o case “Impressão Verde”. É válido ressaltar que tal ação surgiu dos funcionários da Tecnologia da Informação da Companhia, o que demonstra a consciência dos funcionários das mais diversas áreas com a sustentabilidade.

A Companhia paga compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos em suas UHEs, de acordo com legislação federal. O valor a ser despendido pela empresa é calculado com base na geração de energia de cada ano. Em 2016 foi registrado o menor valor pago desde 2012 - cerca de R\$ 460 milhões. A redução no valor, nos últimos cinco anos é reflexo, principalmente, da crise hídrica que afetou diversas regiões do Brasil, em especial o Nordeste e o Sudeste, fazendo com que a Companhia gerasse menos energia hidráulica e, conseqüentemente, pagassem menos compensação financeira.

Em linha com o seu compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade nos negócios, a Companhia desenvolve ações para mitigar e monitorar o consumo de energia. O consumo de energia direta renovável (como etanol e biodiesel) e não renovável (como gasolina, carvão, gás liquefeito de petróleo, óleo diesel, óleo combustível e querosene de aviação) acontece na operação de usinas termelétricas e de grupos de diesel de emergência, assim como no abastecimento da frota própria de veículos. Já a energia indireta refere-se ao consumo por meio de fontes intermediárias, ou seja, é a energia consumida em forma de eletricidade. Em seu PDNG 2017–2021, a companhia estabeleceu como meta reduzir em 1%, até 2021, o consumo de combustíveis fósseis da frota veicular própria e do consumo de energia elétrica.

Dentre as ações internas que visam à redução do consumo de energia elétrica nos escritórios da Companhia, destacam-se: campanhas de consumo consciente incentivo a videoconferências (evitando, assim, o deslocamento de colaboradores) e monitoramento das metas locais.

A Tabela 2 traz as respostas da Companhia em relação à gestão de seus resíduos gerados:

	<u>Sim</u>	<u>Não</u>
A Companhia desenvolve e incentiva a política dos 5R's?	X	
A coleta seletiva na Companhia atende a resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2005?		X
A Companhia realiza coleta seletiva solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?	X	
Há destinação adequada a resíduos perigosos?	X	

Tabela 2 - Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados.
Fonte: Elaboração própria.

A A3P baseia-se na política dos 5R's, a saber: 1) Reduzir; 2) Repensar; 3) Reaproveitar; 4) Reciclar e 5) Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais negativos.

Em entrevista, a Companhia alegou que não respeita a separação por tipo de resíduos como estabelecido pela resolução CONAMA 275/2005 por um pedido informal das associações e cooperativas, as quais alegam que tal separação diminui a mão de obra necessária, acarretando assim a baixa de empregos. Em nota, enfatizaram que tal prática é bastante comum.

Já em relação à qualidade de vida no ambiente de trabalho, a Tabela 3 mostra alguns pontos onde se pode aplicar a A3P em uma Companhia.

	<u>Sim</u>	<u>Não</u>
A Companhia oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus funcionários?	X	
A Companhia atende a todas as exigências de acessibilidade em suas instalações?	X	
A Companhia possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos funcionários?	X	
A Companhia possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?	X	
A Companhia possui controle de jornada de trabalho?	X	
A Companhia possui grupo especializado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?	X	
A Companhia incentiva e respeita a liberdade de expressão?	X	
A Companhia incentiva e promove integração social interna, através do senso comunitário?	X	

Tabela 3 - Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.
Fonte: Elaboração própria.

Em relação à comissão interna de prevenção a acidentes, a Companhia oferece estabilidade para seus integrantes como forma de incentivo. No quesito “acessibilidade”, a Companhia foi uma das três selecionadas na categoria “Grandes Empresas com Boas Práticas para Empregados com Deficiência”, num total de 52 importantes instituições, pelas iniciativas desenvolvidas na promoção da inclusão pelo trabalho e da acessibilidade nos espaços físicos da Empresa. A Companhia tem, atualmente, 165 empregados com algum tipo de deficiência, ocupando os mais variados postos e funções.

Em relação à sensibilização e capacitação dos servidores, ver a Tabela 4.

	<u>Sim</u>	<u>Não</u>
A Companhia desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os funcionários?	X	
A Companhia desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?	X	

Tabela 4: Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.
Fonte: Elaboração própria.

Há treinamentos e palestras para sensibilizar e capacitar os funcionários para a importância de ser sustentável e fazer escolhas conscientes que ajudem a manter o equilíbrio entre o meio ambiente, a sociedade e a parte financeira da empresa. Além disso, a Companhia intensificou as visitas às áreas de monitoramento de plantio de cana de açúcar. O objetivo é realizar campanha de esclarecimentos sobre a prática de queimadas e evitar incêndios nas linhas de transmissão. Acidentes deste tipo podem danificar a rede elétrica e provocar interferências ao fornecimento de energia, impactando o meio ambiente, a sociedade e trazendo prejuízos a Companhia.

A A3P traz também um eixo específico sobre licitações sustentáveis, no qual a Companhia responde de acordo com o que mostra a Tabela 5.

	<u>Sim</u>	<u>Não</u>
A Companhia incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?	X	
A Companhia incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?	X	
A Companhia incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?	X	

Tabela 5 - Eixo 5 – Licitações sustentáveis.
Fonte: Elaboração própria.

Durante a entrevista, foi enfatizado que a parte de compras e licitações da Companhia segue a risca a legislação a qual profere que,

Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: (Redação dada pela Lei 8.883, de 1994) I - segurança; II - funcionalidade e adequação ao interesse público; III - economia na execução, conservação e operação; IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias primas existentes no local para execução, conservação e operação; V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço; VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) VII - impacto ambiental. (grifo nosso).

Os entrevistados enfatizaram que a Companhia não faz nada além ou aquém o que está descrito em lei. Neste ponto, o papel da Superintendência de Suprimento é de fundamental importância, especialmente na interpretação dos permissivos administrativos e legais. No entanto, foi frisado durante a entrevista, que cabe aos órgãos requisitantes a proposição de condições e critérios de sustentabilidade ambiental a serem incorporadas nas Especificações Técnicas de Bens e de Serviços e Obras.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar a adesão, de uma Companhia Hidrelétrica da região nordeste do Brasil, às diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), propostas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para tanto, utilizou-se como base o check list proposto por Freitas; Borgert; Pfitscher (2011) e entrevistas direcionadas aos funcionários do setor de Sustentabilidade da Companhia escolhida para ilustrar o estudo.

Analisando o check list e as respostas proferidas durante as entrevistas, os autores desta pesquisa entendem que a Companhia, mesmo não tendo formalmente assinado a A3P, possui uma aderência quase total às suas diretrizes.

Pode-se observar durante a entrevista que algumas ações isoladas da Companhia, embora assumam uma dimensão socioambiental, são produtos de políticas de melhoria dos processos e de redução dos custos, como, por exemplo, a racionalização do uso de papéis.

Na percepção dos autores, a sensibilização e capacitação dos gestores é o fator responsável pelo não implemento oficial da A3P; tendo em vista que houve um trabalho já desenvolvido, mas que foi interrompido e não se deu continuidade. Este fator é evidenciado pelo entrevistado, o qual alega que a assinatura da A3P não é prioridade para os gestores por não ser obrigatória. O entrevistado ressalta ainda que há muitas normas que são obrigatórias, forçando que a implantação oficial da A3P fique “pra depois”.

Julga-se importante frisar, que as respostas e, conseqüentemente, as conclusões obtidas por este estudo referem-se à realidade da Companhia pesquisada, com base na percepção apenas de funcionários do Comitê de Sustentabilidade Empresarial, não devendo ser generalizada a demais instituições. Diante disto, com base nessa limitação e nos resultados obtidos, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas sobre essa temática explorando aspectos específicos da A3P, a aderência de suas diretrizes e, principalmente, a sua não obrigatoriedade.

6 REFERÊNCIAS

_____. **BM&FBOVESPA. 2010.** Disponível em: http://ri.bmfbovespa.com.br/ptb/974/DFsBVMF122010_port.pdf. Recuperado em: 20/12/2017.

BARATA, Martha Macedo de Lima; KLIGERMAN, Débora Cynamon and MINAYO-GOMEZ, Carlos. **A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica.** Ciênc. saúde coletiva[online]. 2007, vol.12, n.1, pp.165-170.

DECRETO Nº 5.940, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Recuperado em: 21/12/2017.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** IN: _____ e col. O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação – 2ª Ed.** São Paulo, Atlas, 2006.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca.** São Paulo: Makron Books, 2001.

_____. **Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development.** California Management. Review, v.36, n.2, p.90-100, 1994.

FREITAS, C. L; BORGERT, A; PFITSCHER, E. D. **Agenda Ambiental na Administração Pública: Uma análise da Aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P.** Florianópolis, 16p. Recuperado em em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/30051/7.7.pdf?sequence=>. Recuperado em: 20/12/2017.

GOODE, W. J.; HATT, P. **Métodos em Pesquisa Social.** São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1979.

LEI Nº 8.883, DE 8 DE JUNHO DE 1994. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8883.htm. Recuperado em: 10/02/2018.

LOYOLA, M. M. **A Responsabilidade socioambiental da administração pública.** Revista do Ministério Público do Estado de Goiás, Goiânia, 15, n. 1.809-5.917, p. 7-12, abr./jun. 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cartilha A3P: Agenda ambiental na administração pública.** 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

NOGUEIRO, L. A. S. **Práticas de gestão ambiental na administração pública local.** 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

PENA, Rodolfo. **Mundo Educação. Hidrelétricas no Brasil.** Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/hidreletricas-no-brasil.htm>>. Recuperado em 20/12/2017, p. 01.

PINHEIRO, L. V. R. P. **Fontes ou Recursos de Informação: categoria conceitual.** Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2006.

PORTER, M; KRAMER, M. **Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility.** HBR Spotlight, Harvard Business Review. December 2006.

PRIMARY, **Secondary & Tertiary Sources.** James Cook University. Atualizado em: ago. 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Universidade FEEVALE, 2013. p. 51-71.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001. Publicada no DOU no 117-E, de 19 de junho de 2001, Seção 1, página 80. Recuperado em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>. Recuperado em: 19/12/2017.

SANCHES, C. **Gestão Ambiental Proativa.** Revista de Administração de Empresas. Jan/Mar. 2000. São Paulo, v.40, n1. p.76-87.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **The triple bottom line: how today's best-run companies are achieving economic, social, and environmental success – and how you can too.** San Francisco: Wiley & Sons, 2006.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Yin R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.